QUINTA FALÁCIA: A DESVALORIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIALDiante de certas perguntas sobre a política social, o tipo de resposta proporcionadapor alguns decisores econômicos gerou às vezes o modelo “a única políticasocial é a política econômica”. Esta resposta reflete toda uma atitudeacerca da política social, que teve profundas conseqüências no continente.Tendeu-se a vê-la como um complemento menor de outras políticas maiores,como as que têm a ver diretamente com o desenvolvimento produtivo, osequilíbrios monetários, o crescimento tecnológico, a privatização etc. Corresponderiaa ela atenuar os impactos transitórios que as anteriores produzemna sociedade. Deveria atacar focalizadamente os desajustes sociais mais delicadospara reduzi-los. No bojo desse argumento, percebe-se-a como uma“concessão” à política. Como a pobreza gera forte questionamento político, apolítica social teria o trabalho de “acalmar os ânimos” e mostrar que se estãofazendo coisas nessa frente, mas o corolário conseqüente é: quanto menos concessões melhor. Os recursos destinados ao social deveriam ser muito de marcado se destinados a fins muito específicos.Albert Hirschman, em uma ocasião, chamou a esta forma de abordar otema de “políticas pobres para pobres”. Isso dá lugar a reduzir o social a metasmuito estreitas, a constituir uma institucionalidade social débil em recursose pessoal, alijada dos altos níveis de decisão. Por um lado, é tambémaltamente vulnerável às reduções orçamentárias, com escassa capacidade para defender sua situação e normalmente candidata preferida para os cortes.Por outro, esta visão supõe em si mesma um questionamento implícito dalegitimidade da política social. É subtrair recursos de destinos mais importantes,por “pressão política”.Refletindo sobre a situação, uma ministra da área social muito experimentadade um país latino-americano narrou, a respeito, a um auditório internacional:“Não nos convidavam ao gabinete onde se tomam as decisõeseconômicas mais importantes. Depois de muitos esforços, conseguimos quenos convidem. Claro, com voz, mas sem voto”.Considerar a política social nesses termos, como uma categoria inferior,concessão à política, uso subotimizante de recursos, conforma uma falácia queestá afetando seriamente a região. Numa primeira consideração: como se poderelegar o social num contexto como o latino-americano, onde quase uma decada duas pessoas está abaixo da linha da pobreza e expressa com freqüênciade mil modos seu descontentamento e protesta contra essa realidade? Atenderao social não é uma concessão, mas é, em uma democracia, tratar de respeitardireitos fundamentais de seus membros. O que está em jogo no fundo é,como colocam as Nações Unidas, uma questão de direitos humanos violados.De acordo com o Informe sobre o desenvolvimento humano 2000 do Pnud: “Aerradicação da pobreza constitui uma tarefa importante dos direitos humanosno século XXI. Um nível decente de vida, nutrição suficiente, atenção à saúde,educação, trabalho decente e proteção contra as calamidades não são simplesmentemetas do desenvolvimento, são também direitos humanos”. As políticassociais são essenciais para a população na região e estratégicas para a estabilidademesma do sistema democrático. Quando se consulta a população, elanão pede que se reduzam, se estreitem ou se eliminem políticas sociais, mas,ao contrário, exige maciçamente que se reforcem, se ampliem e se incorporemnovas políticas.Em segundo lugar, é difícil sustentar no início deste novo século queesta é uma dotação de recursos de pouca eficiência. Destinar recursos para assegurarque todas as crianças terminem a escola de primeiro grau, elevar ataxa de conclusão da educação secundária, desenvolver o sistema de educaçãosuperior é ineficiente? As medições econométricas dão resultados muitodiferentes. A taxa de retorno em educação é uma das mais altas possíveispara uma sociedade. Atualmente, a competitividade dos países está fortementeligada ao nível de capacitação de sua população. Alguns dos países maisbem-sucedidos do planeta nos mercados internacionais estão exportando basicamenteprodutos high-tech, totalmente baseados no capital educativo quesouberam desenvolver. A absorção de novas tecnologias, a inovação local apartir delas, a investigação e o desenvolvimento e o progresso tecnológico dependemtodos dos níveis de educação alcançados. Os cálculos demonstram,assim, entre outros casos, que um dos investimentos mais rentáveis macroeconomicamenteque pode fazer um país é investir na educação infantil.Agregar anos de escolaridade às crianças desfavorecidas irá aumentarseu capital educativo e, por meio dele, reduzir as taxas de gravidez adolescente,de mortalidade materna, de mortalidade infantil, de morbidade. Tudo issoestá correlacionado estatisticamente com os anos de escolaridade da mãe.Nas condições latino-americanas, estender a possibilidade de acesso àágua potável a toda a população é um investimento deficitário? O retornodeste investimento será importante em termos de saúde pública, o que repercutiráde pronto na produtividade da economia.Na realidade, toda a terminologia utilizada está equivocada, e novamentevemos um erro semântico não-casual. Assim como existia quem nãoquisesse ouvir falar da palavra pobreza, a falácia que desvaloriza a política sociallevou a que toda a discussão a respeito se faça em termos de “gasto social”.Na realidade, não há tal gasto. Bem-gerenciados, os recursos para o socialconstituem, na grande maioria dos casos, investimentos de alto retorno.Hoje é difícil discutir as evidências de que os investimentos sociais geramcapital humano e que este se transforma em produtividade, progressotecnológico e é decisivo para a competitividade. Na realidade, a política socialbem-concebida e eficientemente executada é um poderoso instrumentode desenvolvimento produtivo. Como sugere Touraine (1997): “Em vez decompensar os efeitos da lógica econômica, a política social deve ser concebidacomo condição indispensável do desenvolvimento econômico”.Em terceiro lugar, tem-se colocado a gravidade que apresenta o temada desigualdade na América Latina. Superada a falácia que a nega ou a minimiza,como se pode reduzi-la? Uma das vias fundamentais possíveis em umademocracia é uma agressiva política social que amplie fortemente as oportunidadespara os pobres, em campos cruciais. Deverá estar integrada, entre outras,por políticas que universalizem possibilidades de controle de fatores derisco fundamentais para a saúde na região, como água, sistema de esgoto, luzelétrica, acesso à cobertura de saúde, que atuem sobre os fatores que excluemparte da população do sistema educacional, que assegurem serviçospúblicos de boa qualidade para todos. A política social pode ser a chave paraa ação contra a desigualdade, provendo uma base mínima de bens e serviçosindispensáveis e contribuindo, assim, para abrir as oportunidades e rompercírculos perversos.Em lugar de uma política social “turva”, como coloca a falácia, o que aAmérica Latina necessita é de uma nova geração de políticas sociais com maiúscula.Isso implica dar prioridade efetiva às metas sociais na concepção daspolíticas públicas, procurar articular estreitamente as políticas econômicas eas sociais, montar uma institucionalidade social moderna e eficiente, alocarrecursos apropriados, formar recursos humanos qualificados na área social,fortalecer as capacidades de gerência social e hierarquizar em geral esta áreade atividade pública.A metáfora que se escuta em toda a região descreve bem a situação.Afirma-se que a política social é atualmente a “assistência pública”, que recolheos mortos e feridos que a política econômica produz. A falácia examinadacultiva e racionaliza esta situação inaceitável. Necessita-se de uma política socialque potencialize o capital humano, base essencial do desenvolvimentoeconômico sustentado. É um tema ético, político e, ao mesmo tempo, de lucidezhistórica. Como assinala Birdsall (1998): “é possível que as taxas de crescimentoda América Latina não possam ser mais de 3 ou 4%, distantes dasnecessárias, se não se contar com a participação e o aporte da metade da populaçãoque está compreendida nos percentuais de mais baixa renda”.